



DIRETRIZES
PROGRAMA DE GOVERNO

Um NOVO
MODELO de
DESENVOLVIMENTO
Para
SÃO PAULO



Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE

Edson Antonio Edinho da Silva

COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL

Rafael Marques, Vice-Presidente

João Antonio, Secretaria de Organização

Silvana Donatti, Secretaria Geral

Irineu Pereira, Secretaria de Finanças

Antônio Mentor, Líder do PT na Assembléia

Vilson de Oliveira, Secretaria de Formação Política

Tiago Nogueira, Secretaria de Nucleação

Iduigues Ferreira Martins, Secretaria de Assuntos

INSTITUCIONAIS

Aparecido Luiz da Silva (Cidão), Secretaria de Comunicação

Wellington Diniz Monteiro, Secretaria de Movimentos Populares e Políticas Setoriais

Claudio Aparecido da Silva, Combate ao Racismo

Angelo D'Agostini Júnior, Sindical

Rosangela Maria Rigo, Mulheres

Judas Tadeu Souza, Cultura

Alessandra Dadona, Juventude

Antonio Lusairto Fideles, Meio Ambiente

Maria José Trintin

Adriano Diogo

Ângelo Bolzan

Estela Almagro

Francisco Chagas

Janete Pietá

Paulo Henrique de Campos Soranz

Pedro Álvaro Salvador

Roseli de Fátima Ferreira

Silvana Aparecida Silva





APRESENTAÇÃO

Às mulheres e aos homens paulistas, aos militantes do PT e dos partidos que integram a coligação que apoiam a pré-candidatura de Aloizio Mercadante ao governo do Estado de São Paulo, o PT apresenta essas Diretrizes Programáticas para o debate sobre as grandes orientações do próximo governo de São Paulo. Queremos construir um Programa de Governo com ampla participação da sociedade civil, incluindo empresários, trabalhadores, técnicos e acadêmicos, entidades sindicais e populares. Essas Diretrizes pretendem estimular um amplo debate que agora se inicia.

Vivemos um momento único, que reúne as melhores condições para o PT vencer as eleições. A qualidade e os resultados do governo Lula são um aval importante para nossa postulação. Jamais, em nossa história recente, tivemos um governo com grau tão alto de aprovação popular e com tanto reconhecimento e respeito internacional. Também conseguimos construir em São Paulo um amplo leque de alianças político-partidárias, que envolve o apoio de distintos setores, inclusive das centrais sindicais.

Em contrapartida, o projeto neoliberal patrocinado pelo PSDB – do qual foram representantes os governos FHC no plano nacional, Alckmin e Serra em São Paulo – fracassou no Brasil e está fragilizado no cenário internacional. Ele trouxe consigo as privatizações, o esvaziamento do Estado, o mercado desregulado, o sistema financeiro sem controle, a estagnação econômica, assim como o consequente aumento

do desemprego, da desigualdade social e do endividamento interno e externo do país. Em São Paulo, essa concepção de privatizar e de fragilizar o Estado não foi capaz de equacionar os principais desafios como melhorar o transporte público e o trânsito, a qualidade do ensino e da saúde e a segurança pública, o saneamento e a habitação, bem como não permitiu que o estado mantivesse sua participação no PIB nacional e liderasse o desenvolvimento econômico do Brasil. São Paulo é um estado pujante, que anda sozinho, mas perdemos muito tempo ao longo dos últimos anos, e os problemas estruturais se agravaram.

O Brasil demorou para derrotar nas urnas o projeto neoliberal do PSDB e eleger Lula, agora aclamado como um dos maiores presidentes de nossa história. Em São Paulo – depois de 27 anos de comando do mesmo grupo político, unidos novamente nessas eleições e do PSDB desde 1994 –, estão dadas as condições para enfrentarmos seus problemas crônicos e trilharmos um novo caminho. Nós, paulistas comprometidos com candidatura do senador da República Aloizio Mercadante, estamos prontos a construir uma nova alternativa política, um novo modelo de desenvolvimento econômico sustentável, uma ampla política de distribuição de renda e inclusão social, e um novo padrão de gestão governamental, com mais compromisso social, mais transparência e mais diálogo e participação da sociedade na formulação das políticas públicas, a exemplo do que está fazendo a administração federal.

2. Uma política de desmonte e privatização

Um dos primeiros atos da gestão do PSDB e dos seus aliados, em São Paulo, foi um fortíssimo ajuste fiscal que pretendia reduzir o endividamento do setor público, por meio de uma política de aumento de receitas, privatizações, cortes de despesas, demissões e arrocho salarial dos servidores. Isso foi vendido à população como prova de austeridade e controle das finanças públicas, dilapidadas pelas gestões anteriores que teriam ampliado seus gastos de modo irresponsável, sem o lastro do Tesouro estadual. De fato, a situação financeira e fiscal da administração pública paulista era grave, mas esses argumentos serviram para encobrir o desmonte do Estado que estava apenas começando.

A maior expressão disso foi o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Longo Prazo do Estado de São Paulo, celebrado com a União em 1997, um símbolo do ajuste fiscal e financeiro imposto aos estados e municípios brasileiros na década de 1990. Por meio dele, São Paulo se comprometeu com metas de superávit primário, ajuste fiscal, privatizações, aumento real da arrecadação tributária, ampliação da contribuição previdenciária e redução das despesas com pessoal e com investimentos.

2.1 Privatizações e o desmonte do Estado

O principal instrumento dessa política era o Programa Estadual de Desestatização, comandado pelo então vice-governador Geraldo Alckmin, que em seus objetivos deixava clara a intenção de promover uma profunda reorganização patrimonial do Estado, desfazendo-se de seus ativos, e alavancar mudanças estruturais na economia paulista. A implementação desse programa representou um dos maiores processos de transferência de patrimônio público para a iniciativa privada, sendo superado apenas pelas privatizações comandadas pelo governo FHC.

A Fepasa, a Ceagesp e o Banespa foram transferidos para a União, o que afetou as áreas de transporte ferroviário, de abastecimento e de fomento ao desenvolvimento. Outros setores foram desmontados, como os de energia e saneamento, com a abertura de capital da Sabesp e a privatização da Elektro, da Eletropaulo, da CPFL e da Comgás. No governo Alckmin teve início um novo ciclo de privatizações do que havia restado,

envolvendo as empresas subsidiárias da Nossa Caixa e a CT-EEP [transmissão de energia].

A destruição completa do sistema bancário público é uma das heranças dos tucanos em São Paulo. A transferência do Banespa para o governo federal e sua posterior privatização trouxe enorme prejuízo social e financeiro. O Banespa, que teve um papel histórico relevante no desenvolvimento econômico do estado, foi transferido por R\$ 2 bilhões para a União e vendido, pouco tempo depois, por R\$ 7 bilhões para o setor privado.

A partir de então, a Nossa Caixa passou a ser o único instrumento de fomento do desenvolvimento econômico e social do Estado. Mas logo o governo Serra se encarregou de vender a Nossa Caixa, que está entre os dez maiores bancos do país, depois de causar seu desequilíbrio econômico e financeiro com uma operação duvidosa de venda da folha de pagamento dos servidores públicos. Assim, ficaram órfãos dos programas de financiamento desse banco estatal as regiões mais carentes do estado, os pequenos agricultores e os micros e pequenos empresários. Diante da insensatez tucana, coube ao presidente Lula salvaguardar esse importante patrimônio público, incorporando-o ao Banco do Brasil.

2.2 Perda de participação de São Paulo na economia nacional

O resultado da política de desenvolvimento das gestões tucanas foi um desastre. Apesar de possuir uma base industrial e econômica dinâmica e uma agricultura moderna e eficiente, São Paulo perdeu participação no PIB nacional. Em 1995, o estado contribuía com 34,3% de toda economia brasileira; em 2007, esse índice caiu para 30,9%. A indústria paulista perdeu participação na indústria geral. E as taxas de crescimento econômico no período de 2003 a 2006 situaram-se em níveis inferiores aos do restante do país, revelando a tendência à perda de importância e liderança de São Paulo no cenário nacional.

Atualmente, o estado paulista responde por menos de 1/3 da ocupação industrial do país, o que contrasta com a situação vivida até o final da década de 1980, quando essa relação era de 2/5. Do fim do século XX até hoje, a participação de São Paulo no total da ocupação passou de cerca de 25% para 20%. Se não revertermos a atual situação, o estado pode con-

tinuar a perder posições relativas na produção, na indústria e no emprego do país.

A inércia das administrações tucanas também levou os sistemas de transporte e trânsito ao colapso nas regiões metropolitanas. Cerca de 1/3 da frota de veículos do estado – em torno de 20 milhões de unidades – concentra-se na capital. E 93% do transporte de carga é feito por rodovias, bastante acima da média nacional, fator que onera os custos de comercialização da produção, sobrecarregados por pedágios abusivos. Os governos do PSDB mantiveram um ritmo inexpressivo de investimentos no Metrô e nos trens da Companhia Paulista de Transporte Metropolitano (CPTM) e não construíram o Ferroanel, projeto essencial para incentivar o transporte de carga sob trilhos e aliviar a pressão sobre o transporte de passageiros, hoje em situação de completo colapso. Interrompeu-se a construção de corredores de ônibus, transporte que responde por 28% dos serviços; e, mais grave, assistimos a um congestionamento crescente e dramático no trânsito da Grande São Paulo.

2.3 Ausência de políticas regionais

Ao mesmo tempo, a falta de uma política de ordenamento territorial se traduziu no gigantismo das regiões metropolitanas, cuja expansão tem se dado pelo crescimento desordenado de suas periferias. As regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e a Baixada Santista, não constituídas conforme a legislação em vigor e engavetadas pelas gestões tucanas, englobam hoje 67 municípios, 58,4% da população estadual e 63% de seu PIB. Enquanto isso, 214 cidades, especialmente no oeste paulista, perderam a importância relativa na economia paulista e população, o que verificamos quando analisamos o número de eleitores entre 1998 e 2010. Não tivemos políticas regionalizadas de desenvolvimento que impulsionassem a vocação econômica, em especial das regiões mais pobres do estado.

A expansão desmedida das regiões metropolitanas, a desorganização do espaço urbano e a falta de investimentos em meios de transporte público de uso coletivo são termos de uma equação que degrada a qualidade de vida da população na Grande São Paulo e aumenta os custos de logística. Essa deterioração crescente também se reflete na perda competitiva da economia paulista, que contribuiu para afugentar empresas, especialmente as que são atraídas pelos incentivos fiscais de outros estados sem contrapartida por parte do governo tucano em São Paulo. Outra clara expressão da perda de competitividade é o déficit comercial da ordem US\$ 8 bilhões em suas transações com o exterior em 2009.

A diferença entre o nosso projeto, comandado por Lula, e o dos tucanos e seus aliados está expressa nas opções de caminhos para o desenvolvimento. Em meio a condições bastante adversas, o governo Lula realizou a exitosa transição de um país paralisado e descrente de si mesmo para um novo

país, com forte autoestima e admirado pelo mundo. O controle efetivo da inflação, a queda da taxa de juros, a expansão do comércio exterior, a redução da vulnerabilidade externa, a melhoria das finanças públicas e a reconstrução da infraestrutura contribuíram decisivamente para mudar o Brasil. Os horizontes se alargaram ainda mais com o crescimento sustentado do PIB, a expansão do mercado e interno e do emprego formal, os aumentos reais do salário e da massa salarial, as políticas de transferência de renda e inclusão social, a ampliação e popularização do crédito e as medidas de reforma agrária e apoio à agricultura familiar.

2.4 Crise internacional e a omissão do governo Serra

O Brasil também foi um dos últimos atingidos pela crise econômica e financeira global e um dos primeiros a sair dela, atraindo para si a atenção de governos, investidores, instituições e publicações de diversos países, que passaram a exaltar o desempenho da economia brasileira e nossa competência para superar os impactos da crise internacional. Basta ver o recorde histórico de empregos gerados nos primeiros três meses de 2010. Enquanto isso, o governo de São Paulo deixou em seu caixa mais de R\$ 600 milhões que poderiam financiar os empreendedores paulistas.

Por que o governo Lula teve êxito em preservar o emprego, limitar a extensão dos efeitos negativos da crise sobre a atividade econômica e retomar o crescimento em tão pouco tempo? Porque havia construído, ao longo dos últimos anos, sólidas linhas de defesa, que incluíam a superação das deficiências estruturais herdadas da administração FHC, bem como a recuperação da capacidade de planejamento e gestão estratégica do Estado com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a preservação dos bancos e empresas públicas, que tiveram papel fundamental no enfrentamento da crise.

Quando a crise atingiu o Brasil, a pronta e eficaz reação foi decisiva. O comércio exterior despencou, e o governo federal desonerou diversos bens e manteve suas políticas sociais, assegurando a expansão do consumo interno, que permitiu sustentar o nível de atividade da economia e o emprego. Os investimentos privados caíram, e o governo criou políticas e incentivos fiscais para sua recuperação e fortaleceu o investimento público, pelo PAC e pelas empresas estatais. O crédito desapareceu, e o governo acionou os bancos públicos (BNDES, CEF e BB) para suprir as necessidades dos setores produtivos e dos consumidores. A contração da atividade econômica impactou as cidades, e o governo, apesar da queda da arrecadação, assegurou em 2010 o mesmo montante de transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 2009, quando estas haviam crescido 27%.

Assim, o governo federal conseguiu impulsionar um novo padrão de desenvolvimento em que o social é o eixo estrutur-



ante do desenvolvimento econômico. Soube formular e implementar com competência políticas anticíclicas que também beneficiaram São Paulo. Faltou, no entanto, a contrapartida estadual. No período de crise, o governador Serra não se alinhou à política econômica anticíclica para enfrentar a crise global.

Pelo contrário. No auge da crise o governo tucano vendeu a Nossa Caixa, até então a principal instituição de fomento da economia paulista, e anunciou a criação da Agência de Fomento Paulista, que já nasceu com recursos limitados e contingenciados. Ele também ampliou as multas para comerciantes que não adotaram a Nota Fiscal Paulista e não propôs a desoneração temporária de impostos, na contramão da política do governo federal. Em São Paulo, enquanto a arrecadação cresce com a substituição tributária, aprofunda-se o arrocho salarial dos servidores públicos. Na capital, no auge da crise, o prefeito aumentou brutalmente o IPTU e a tarifa de ônibus, retirando mais renda da população, e se afastou de todo esforço do governo Lula de fomento ao mercado interno para recuperar o consumo, o emprego e a produção. O governo Lula agiu sozinho, sem parceria em São Paulo – no município e no estado –, para reverter a mais grave crise financeira e econômica internacional desde 1929.

2.5 Saúde: Falta de parceria republicana

Na área da saúde, houve um aumento gigantesco na participação dos repasses federais para a gestão estadual, que passaram de R\$ 383 milhões, em 2002, para R\$ 3,97 bilhões, em 2010. O governo Lula implantou mais de 3 mil Farmácias Populares em 454 municípios paulistas e expandiu o Programa Saúde da Família (PSF), que passou de 1.776 equipes, em 2002, para 3.272 equipes, em 2009. Além disso, destinou ao estado de São Paulo 397 ambulâncias do Sistema de Atendimento de Urgências, o Samu, e está implantando 97 Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, instrumentos que têm contribuído para desafogar a rede hospitalar na área de atenção às urgências e emergências. O sistema SUS exige a parceria republicana entre os entes federados; no entanto, o governo tucano de São Paulo é o único do país que se recusou a participar do cofinanciamento dos programas Samu e UPAs. O governo federal é responsável pelo investimento e por 50% do custeio, o município por 25% e o Estado de São Paulo deveria arcar com os outros 25%. Mas a disputa político eleitoral esteve acima dos interesses da população e da relação republicana que deve orientar todo esforço na área da saúde.

2.6 Educação: quadro desolador

Na educação, a herança deixada pelo PSDB é dramática. O quadro é desolador. A melhoria dos indicadores de quali-

dade no ensino, quando houve, foi puxada pelo setor privado. O Brasil não foi bem no Pisa – pesquisa internacional que mede o desempenho dos alunos em ciências, leitura e matemática. São Paulo foi ainda pior: o estado mais rico da federação puxou a média brasileira para baixo, situação que se repetiu em outras formas de avaliação da qualidade da educação pública em nível nacional, como o Prova Brasil. Há uma profunda insatisfação dos 217 mil professores, dos quais 96 mil não são efetivos. O piso salarial dos docentes é o 14.º do Brasil e, desde 2006, eles só tiveram 5% de reajuste. A política de abono por desempenho é restrita a até 20% da categoria e os beneficiados só podem pleitear nova participação após quatro anos, o que tem gerado uma situação de descontentamento e fragmentação, uma vez que educar é essencialmente um ato coletivo. O governo FHC tinha proibido a União de investir em ensino profissionalizante e, até recentemente, São Paulo acompanhou essa medida. Por isto temos apenas 150 mil jovens com acesso ao ensino profissionalizante, dentro de um universo de 3,8 milhões de jovens que estão cursando o ensino médio em São Paulo.

É gritante a diferença entre as políticas educacionais do estado e aquelas aplicadas pelo governo Lula. A verba de educação, que tinha ficado estagnada em termos reais no governo FHC, aumentou de R\$ 19 bilhões em 2003 para R\$ 59 bilhões em 2009, em termos nominais, e dobrou em valores reais. Em 2003, São Paulo contava com apenas duas universidades federais. Em sete anos foram construídas cinco novas unidades – ABC, Osasco, Guarulhos, Sorocaba e Baixada Santista. Além disso, em quatro anos, mais de 186 mil estudantes foram atendidos pelo ProUni no estado, assegurando bolsa de estudos para alunos carentes da rede pública. O governo Lula aumentou extraordinariamente os repasses orçamentários, ampliando o antigo Fundef, exclusivo para o ensino fundamental, substituindo-o pelo Fundeb, que incluiu todo o ensino básico (da pré-escola ao ensino médio). Os recursos que eram de R\$ 436 milhões, no governo FHC, foram para R\$ 6,8 bilhões, em 2009. Estão sendo implantados em São Paulo, com recursos federais, mais 28 mil vagas de ensino profissionalizante, 34 polos de universidades abertas para formação de professores, acesso à banda larga em 4.842 escolas, 1.317 laboratórios de informática, 502 ônibus para transporte escolar, e 219 creches e pré-escolas. São iniciativas inéditas na educação pública.

2.7 Aumento da violência e a segurança pública

Os dados da Secretaria de Segurança Pública, relativos ao período de 2008 e 2009, também apontam para o crescimento de quase todas as modalidades de práticas criminosas, destacando-se os crimes de roubo, estupro, latrocínio, roubo de veículos, roubo de carga, extorsão mediante sequestro e até mesmo homicídio, especialmente no interior. Os quinze



anos de PSDB nessa área e a ausência de uma política para o sistema prisional – que concentra cerca de 149 mil presos, com um excesso de 59 mil presos em relação à capacidade do sistema – levaram ao surgimento de facções criminosas, rebeliões e ataques criminosos, que mataram dezenas de policiais e agentes penitenciários, em especial durante a desastrosa gestão de Alckmin. Outra tendência extremamente preocupante é a interiorização da violência. Não há uma política de valorização dos policiais, que recebem um dos piores salários do Brasil, gerando uma crescente insatisfação que chegou a provocar confrontos em praça pública entre as polícias civil e militar. Falta policiamento ostensivo/preventivo e investimento em inteligência policial. O governo Lula demonstrou, com a constituição da Força Nacional, e, sobretudo, com a atuação da Polícia Federal, que é possível ter outra qualidade no desempenho da polícia, com mais presença, mais eficiência, mais rigor na corporação, mais autoestima e sobretudo mais resultados.

2.8 Colapso no transporte público e trânsito

Na gestão tucana dos transportes, prevaleceu o baixo nível de investimentos, desde 1995, e a utilização da malha rodoviária para gerar recursos por meio de concessões. Temos as tarifas de pedágios mais caras do mundo, superamos até mesmo a França, tida como a recordista no plano internacional. Essas tarifas, que recaem sobre os usuários das rodovias, provocam o aumento no valor dos fretes e trazem um ônus adicional para toda economia paulista, em especial para algumas regiões do interior. Uma das marcas tucanas são as mais de 200 praças de pedágios, 82 delas instaladas pelo governo Serra. É preciso lembrar, no entanto, que o governo federal também fez concessões em algumas rodovias com tarifas muito mais baratas e aportou recursos para a ampliação da malha rodoviária paulista, destinando R\$ 1,2 bilhão somente para o Rodoanel, além de obras estratégicas, como a perimetral do Porto de Santos.

Os sucessivos governos do PSDB abriram mão do transporte ferroviário, mantendo sua malha sucateada e obsoleta. Faltaram projetos ousados como o Trem Bala, que lançamos na última campanha eleitoral em São Paulo, um sistema já presente em todas as grandes e importantes cidades do mundo. Nos horários de pico, o número de passageiros transportados no metrô e nos trens da CPTM chega a dez pessoas por metro quadrado, uma degradação que se associa ao tempo perdido nas estações. Algumas estão lotadas a ponto de obrigar os passageiros a esperar várias composições para conseguir embarcar, fazendo que percam muito tempo para ir ao trabalho ou voltar para casa. Houve pouco investimento e propaganda em excesso, com aumento nas tarifas e estações precárias, o que obedeceu a uma lógica de manutenção de um transporte

de segunda categoria, sem qualidade e marcado pela superlotação.

O ritmo das obras do Metrô é outra demonstração clara da paralisia tucana. Em 1995, São Paulo tinha 43,4 quilômetros de linhas; em 15 anos, a expansão foi de apenas 18,9 quilômetros – média de apenas 1,2 quilômetros por ano. Além disso, apesar da propaganda, os cronogramas anunciados pelo governo estão todos atrasados, o custo de implantação tem sido mais alto, tivemos vários desastres, inclusive com mortes de trabalhadores por falta de competência na gestão e fiscalização, mesmo com as tarifas mais elevadas praticadas na América Latina. Na CPTM, as promessas de mais trens e mais eficiência na linha também não se concretizaram. E nesse contexto os congestionamentos estão impondo uma velocidade média, no período de pico da tarde, de apenas 15 km por hora, um colapso terminal do sistema.

Ainda assim, o governo tucano prepara a privatização de 31 aeroportos administrados pelo Departamento Aeroviário do Estado (Daesp) e pressiona o governo federal a fazer o mesmo em relação aos aeroportos de São Paulo administrados pela Infraero.

2.9 Ausência de políticas habitacionais e de combate às enchentes “e escorregamentos de encostas”.

Na área da habitação, os problemas que se acumulam são dramáticos. O déficit habitacional paulista é de 1,2 milhão de moradias. Enquanto isso, a CDHU constrói muito pouco e quase sempre sem a infraestrutura urbana adequada. Só para comparar: a meta do governo Serra para 2009/2010 é levantar 68 mil moradias, sendo que em 2007 a CDHU construiu apenas 4.628 casas, enquanto a meta do governo Lula é viabilizar 184 mil somente no estado de São Paulo, através do Programa Minha Casa e Minha Vida, sendo que 72 mil já estão contratadas e em produção.

O estado paulista não tem uma política de prevenção de enchentes e de deslizamentos de encostas, como ficou evidente com as fortes chuvas do último verão, nas quais morreram 79 pessoas e milhares ficaram desabrigados ou desalojados. A população em áreas de risco é muito extensa e falta um programa de macrodrenagem e remoção da população. Cerca de 11% das habitações na Grande São Paulo e região metropolitana da Baixada Santista, equivalentes a 879.255 casas, são consideradas totalmente inadequadas e precisam ser substituídas. No ritmo tucano da CDHU, que constrói em média 20 mil casas por ano, levaríamos 42 anos para resolver esse grave problema nessas regiões, caso não surgisse mais nenhuma residência nessas condições. Registramos o contraste: enquanto o governo tucano cortou 40% do orçamento de combate às enchentes, o governo Lula destinou R\$ 1,1 bilhão para investimentos em obras de prevenção de enchentes



para os municípios paulistas, além de lançar o PAC 2 com a meta de dobrar para 2 milhões de moradias o programa Minha Casa, Minha Vida.

A Sabesp está em mais de 350 cidades, mas se transformou em uma empresa que opera marcadamente com a lógica de mercado, sem compromisso com as políticas públicas, atendendo mal os consumidores, não assegurando os investimentos previstos em tratamento do esgoto sanitário e sem as devidas contrapartidas para os municípios. O problema de abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo, no futuro próximo, pode se transformar em um grande desafio por falta de planejamento estratégico e de uma política de preservação dos recursos hídricos do estado.

2.10 Agricultura e a falta de política agrária

O resultado da política implementada na agricultura pelo PSDB em São Paulo nos últimos quinze anos é a expansão desregulada do latifúndio monocultor, que tem provocado concentração da posse da terra e expulsado pequenos e médios produtores. Mesmo num estado com dimensão relativamente pequena no Brasil, a política do PSDB agravou os problemas fundiários e agrários: terras públicas griladas, latifúndios improdutivos, posseiros não titulados e pequenos proprietários e assentados sem estímulo para produzir. Além disso, houve um descaso com a Secretaria Estadual de Agricultura e com a Fundação Itesp, que contam com menos de 1% do orçamento estadual.

O governo Lula, ao contrário, criou 66 novos assentamentos federais em São Paulo, beneficiando 5.343 novas famílias, mais da metade de tudo que foi feito antes. Além disso, garantiu investimentos da ordem de R\$ 204 milhões em créditos e R\$ 45 milhões em obras de infraestrutura, que permitiram qualificar a reforma agrária no estado.

É preciso resgatar o papel do estado de São Paulo no desenvolvimento rural, com uma participação ativa junto ao governo federal na formulação e com a implementação de uma política agrícola que realize a reforma agrária. O governo paulista deve ter políticas públicas para garantir que os pequenos produtores, os agricultores familiares e os assentados tenham condições de permanecer no processo produtivo. Políticas que, ao mesmo tempo, regulem os setores agroexportadores na produção e estimulem a incorporação de um padrão tecnológico atualizado, ambientalmente limpo e socialmente adequado.

2.11 Degradação ambiental e omissão do governo

A gestão tucana ignorou até mesmo a possibilidade concreta de São Paulo se tornar uma alternativa na rota do desenvolvimento de novas matrizes de energia renovável, como no caso do biodiesel.

Nessa área, a postura do governo estadual caracterizou-se pela completa ausência de política ambiental. Agravaram-se os problemas de degradação ambiental. A omissão do poder público produziu sequelas que têm contribuído para a piora da qualidade de vida da população, como a contaminação dos recursos hídricos, destinação inadequada do lixo, esgoto sanitário sem tratamento, solo contaminado, devastação florestal e de matas ciliares e ocupação de áreas de proteção ambiental e de mananciais. Nada de relevante e concreto foi feito também em relação ao aquecimento global e às políticas de descarbonização da economia, regulação do mercado de crédito de carbono, incremento das fontes de energia solar e eólica.

2.12 Falta de políticas de inclusão social e combate à pobreza

Essa política continuada do PSDB tornou São Paulo o ícone da própria desigualdade brasileira, o mesmo estado que por mais de um século tem contribuído para a concentração de renda no país. Mais: dentro do próprio estado, a mesma lógica é reproduzida. As regiões metropolitanas estão para as demais regiões paulistas assim como São Paulo está para todo o Brasil. Puxam o crescimento, apresentam espetaculares índices em vários setores, mas reforçam também a desigualdade em todas as áreas.

Hoje, São Paulo possui aproximadamente 1,4 milhão de famílias pobres. O programa estadual Renda Cidadã atende cerca de 147 mil famílias, com um aporte de R\$ 60 mensais, enquanto o Programa Bolsa Família, do governo Lula, atendeu em 2009, somente no estado de São Paulo, mais de 1,1 milhão de famílias. Além do pequeno volume de recursos mobilizados e do reduzido número de famílias beneficiadas pelo Renda Cidadã, trata-se de iniciativa concorrente e não complementar ao Bolsa Família, cujo êxito é reconhecido internacionalmente. A Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, que deveria atender a população carente, também está com um orçamento inexpressivo equivalente a 0,36% das despesas do executivo.

2.13 Omissão de políticas de construção da cidadania e participação popular

Outro exemplo do impacto negativo das políticas dos tucanos está em seus efeitos na vida das mulheres. No período entre 1995 e 2006, aumentou, entre as famílias em situação de extrema pobreza, o número das que são chefiadas por mulheres. Além disso, dois graves problemas têm atingido as mulheres: feminização da Aids e o aumento dos índices da gravidez na adolescência. Enquanto o governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Ministério da



Mulher, implementou a Política Nacional de Saúde da Mulher, sancionou a Lei Maria da Penha e promoveu o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, o mesmo não se repetiu no governo paulista. Na área de combate e prevenção à violência contra a mulher, houve pouquíssimos avanços, nesse mesmo estado que criou a primeira Delegacia da Mulher, em 1985.

O combate à discriminação racial, por sua vez, ficou na propaganda. Foi criada a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, um órgão sem apoio efetivo do governo e totalmente imobilizado, instituído como um “cala-boca” diante da reação dos militantes do movimento social. É o que se infere a partir do discurso de importante membro do governo tucano, que disse que “até simpatizava com a proposta das ações afirmativas”, porém, tinha consciência de que isso só aconteceria “quem sabe, nos próximos 500 anos”. Enquanto isso, o governo Lula atuou para superar as desigualdades raciais, por meio de políticas públicas que fortalecem a autoestima da população negra do país, ao regularizar as terras de quilombos, implantar as cotas nas universidades e promover um conjunto de ações afirmativas para resgatar vários séculos de discriminação.

Na área de política para juventude o quadro é desolador. Apesar de contar com uma secretaria, a situação dos jovens no Estado, principalmente dos mais pobres, não se diferencia da de outras áreas. O Programa Jovem Cidadão atende apenas 95 mil jovens. A Fundação Casa, antiga Febem, atende 15 mil adolescentes, com os graves problemas de atendimento os jovens em situação de conflito com a lei. O mais alarmante é o avanço das drogas, em especial do crack, que está se transformando em uma verdadeira epidemia entre os jovens carentes e sem oportunidades nas periferias das grandes cidades. Para o PSDB, os jovens são vistos como um problema social. Em contraste, o governo Lula fez que o poder público reconhecesse as demandas juvenis e deu a elas dimensão institucional ao criar a Secretaria Nacional da Juventude e estruturar o ProJovem, que já atendeu mais 3 milhões de jovens em todo o país, com um investimento da ordem de R\$ 5,2 bilhões.

A maquiagem também é a marca da gestão tucana na área da diversidade sexual. O governo Serra criou uma Coordenação de Políticas para Diversidade Sexual, que, a exemplo de outras, não dispõe de recursos orçamentários nem de pessoal. Não existem, de fato, políticas públicas de combate à homofobia e promoção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A lei antidiscriminatória estadual continua sem divulgação. Enquanto isso, em nível federal, o governo Lula foi o primeiro a implementar um programa de combate à homofobia e a convocar uma Conferência Nacional LGBT – uma referência internacional de política pública.

Na área dos direitos das pessoas com deficiência, São Paulo primou pela propaganda, apesar da criação da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Sua dotação orçamentária em 2010 foi cortada em um terço em relação à de 2009. A única

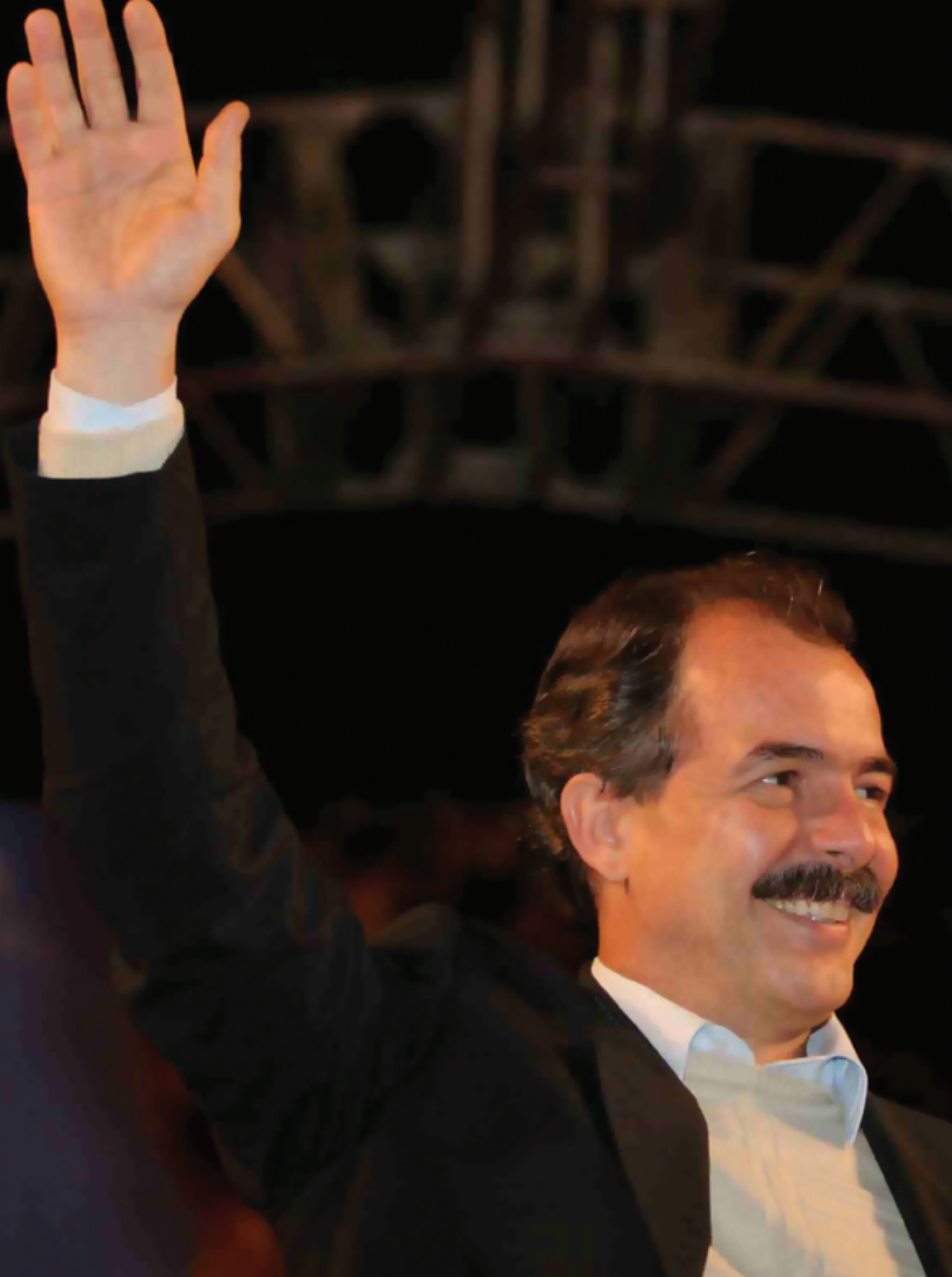
política em curso é a recente criação da Rede Lucy Montoro para atendimento terapêutico vinculada à área de saúde.

A cultura no governo tucano nunca foi prioridade. Faltam mecanismos de apoio às expressões culturais nos municípios, para preservação da memória e das tradições culturais de nosso povo. Não tivemos uma política de fomento de bibliotecas públicas e estímulo à leitura. Nos municípios do interior assistimos, ao longo das últimas décadas, ao fechamento de cinemas e teatros, e somente cerca de 20% dos municípios possuem esses equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento de todas as manifestações culturais locais. A TV Cultura perdeu recursos orçamentários, substituídos parcialmente pelo financiamento comercial com significativo comprometimento de seu sentido público e educativo. A perda de qualidade está levando ao esvaziamento das parcerias com outras emissoras educativas em nível nacional.

2.14 Falta de transparência e autoritarismo

No controle republicano dos gastos públicos e no combate à corrupção, a bancada governista engavetou 85 CPIs na Assembleia Legislativa paulista. Não tiveram o aprofundamento das investigações nem foram tratados com a transparência necessária episódios de grande repercussão global como o caso Alstom, segundo o qual uma investigação internacional identificou R\$ 6,5 milhões de propinas pagas a autoridades do governo do estado durante a gestão do PSDB, desvios comprovados de recursos da Nossa Caixa, grandes fraudes na CDHU, corrupção na alta hierarquia da Secretaria de Segurança Pública, nos recursos públicos direcionados aos presídios. Essa atitude de não apurar as denúncias de corrupção repete um padrão do governo de FHC de varrer toda a sujeira para baixo do tapete.

O governo Lula escolheu como procurador-geral da República os nomes eleitos por seus pares, que deixaram para trás o tempo de engavetadores gerais e asseguraram ao Ministério Público o cumprimento de seu papel no oferecimento de denúncias contra quem quer que seja. Além disso, fortaleceu a Controladoria Geral da União (CGU). As CPI's funcionaram livremente, mesmo quando o único foco foi o objetivo político-eleitoral da oposição. Deu liberdade de ação e equipou a Polícia Federal, que investigou governadores, banqueiros, empresários, funcionários do governo, parlamentares, prefeitos quando necessário, às vezes até com excessos, mas superando a história de impunidade que marcava o país. No Brasil, apenas em 2009, tivemos 288 operações da Polícia Federal, 43 foram contra crimes na administração pública com a prisão cautelar de 400 suspeitos. A ampla divulgação pela imprensa dessas ações e o novo padrão de rigor delas deram a falsa impressão de que a corrupção teria aumentado no país, quando na verdade o que efetivamente cresceu foi o combate



à corrupção, resultado do fortalecimento e liberdade das instituições controladoras e de mais transparência nas políticas públicas.

A regressão democrática é outra marca dos governos do PSDB. O trato autoritário com o funcionalismo público e com o conjunto dos movimentos sociais é uma constante, traduzido na recusa do diálogo e na repressão às lideranças, manifestações e greves, como nos casos recentes do movimento reivindicatório dos policiais e da greve dos professores. Resaltem-se, ainda, as sucessivas investidas para criminalizar os movimentos sociais, como a prisão de militantes de movimentos populares, as bombas na passeata do 8 de março e as invasões da USP, da PUC e da Fundação Santo André – uma violação do princípio da autonomia universitária. No caso da USP nem mesmo a ditadura tinha invadido com tropa de choque o campus, mas o governo tucano o fez.

O governo Lula investiu no diálogo social, incentivando as conferências nacionais com ampla participação da sociedade civil, estabelecendo uma mesa de diálogo sindical permanente com o funcionalismo público, recebendo e assegurando a participação das centrais sindicais e dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas. São dois padrões opostos de atitude diante da participação cidadã.

2.15 Falta de política de apoio aos municípios

É preciso substituir a cultura da omissão, de cunho partidário, pela cultura da parceria republicana que o governo Lula vem aplicando no país. O governo do estado de São Paulo tem que se aliar ao nacional para impulsionar políticas públicas para os municípios.

O relacionamento com os administradores municipais também tem sido pautado pelo autoritarismo no estado. A implantação de equipamentos e políticas pública é realizada sem consulta às cidades, como no caso dos presídios, unidades da Fundação Casa e pedágios. Isso para não falar da chamada política do “pires na mão”, que obriga os prefeitos a mendigar recursos estaduais.

A centralização e o autoritarismo têm levado à desvalorização e à perda progressiva de espaço dos agentes responsáveis pelas políticas regionais, como os Consórcios Intermunicipais e Regiões Metropolitanas. Em sentido oposto, o governo Lula reforçou os repasses federais aos municípios, ampliando o FPM. Além disto, aprovou a PEC dos Precatórios, o parcelamento dos débitos com o INSS, impulsionou o Programa de Modernização Administrativa (PMAT-BNDES), e criou o Comitê de Articulação Federativa com representação de todas as entidades nacionais de representação do municipalismo. O PAC, que orientou novos e volumosos investimentos para os municípios brasileiros, ajudou decisivamente a mudar o padrão histórico de relacionamento entre os municípios e o governo federal.

Mas o inegável contraste entre suas iniciativas e os resultados positivos do governo Lula começam a indicar para a população paulista que ela pode trilhar um novo caminho. Em São Paulo, muito mais é possível.



As diretrizes de governo propostas pelo PT estão pautadas por uma visão mais ampla de futuro e pelo convencimento de que está na hora de São Paulo trilhar um novo caminho. Nosso governo estará empenhado em construir uma sociedade mais justa, solidária e efetivamente democrática. Temos de tornar disponíveis, no presente, para toda a população, os resultados do desenvolvimento do estado mais rico do país e construir o estado de São Paulo do futuro, renovando seu enorme potencial econômico e social, assim como sua capacidade de liderança nacional. São Paulo merece muito mais.

Essa visão de futuro implica novas formas de planejamento e gestão governamental, nas quais os investimentos sociais e em infraestrutura, ciência e tecnologia constituem a base logística e a estratégica para um novo modelo de desenvolvimento. Isso também exige novas formas de relacionamento entre o Estado e o mercado, uma nova coordenação do desenvolvimento regional e a redefinição do papel de São Paulo na economia brasileira.

Repensar São Paulo, no contexto da grande transformação pela qual passa o Brasil, supõe dar uma nova direção e uma nova dinâmica a seu desenvolvimento: a força do crescimento precisa ser temperada pelo desejo de justiça, igualdade, democratização econômica, social e cultural. Aqui também o social precisa ser elevado à condição de eixo estruturante do desenvolvimento econômico. Precisa direcionar a força propulsora do poder público no progresso humano, o que exigirá forte ênfase em políticas sociais e na interiorização do desenvolvimento dentro do próprio estado.

Esse novo modelo de desenvolvimento também deve incorporar a sustentabilidade ambiental como política transversal, que precisa dialogar com o conjunto das ações, políticas e programas governamentais, visando compatibilizar o progresso técnico, o crescimento econômico e a distribuição de renda com a preservação do patrimônio ambiental de São Paulo e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

Esse novo modelo deve, ainda, considerar a grande diversidade social e cultural de São Paulo. A formulação das políticas públicas precisa responder às características e necessidades dos diversos segmentos populacionais e grupos sociais, promovendo o acesso universal a direitos e serviços públicos e, ao mesmo tempo, afastando qualquer forma de preconceito ou discriminação social, de gênero, raça e etnia.

Ao olhar para o futuro, São Paulo tem na descoberta das

reservas petrolíferas do pré-sal um novo marco para sua economia. A expansão e integração de toda cadeia produtiva de gás e petróleo poderá impulsionar diversos setores de atividade econômica, gerando efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda. Se investidos prioritariamente em educação, ciência e tecnologia, assim como no combate à pobreza e às desigualdades sociais e na preservação do meio ambiente, os recursos do pré-sal podem representar, para o Brasil e para São Paulo, uma oportunidade histórica de dar um novo salto de qualidade.

Nossa inspiração é a grande transformação que está ocorrendo no Brasil com o governo Lula, nos últimos sete anos. O país voltou a crescer, mas obedecendo a uma lógica distinta daquela do passado: o crescimento, hoje, acontece com estabilidade, distribuição de renda, justiça social e fortalecimento da democracia. O sucesso alcançado pelo governo Lula cria as condições para um projeto de desenvolvimento nacional democrático e popular, sustentável e de longo prazo para o país. Isso possibilita que São Paulo exerça um novo protagonismo.

A economia e a sociedade paulistas têm diante de si um enorme campo de possibilidades que, se bem exploradas, permitirão devolver a São Paulo seu papel de vanguarda no desenvolvimento econômico e social do país, não pela simples reiteração de sua trajetória passada, mas pela aposta em uma estratégia de longo prazo, baseada na incorporação e destinação social dos mais modernos recursos tecnológicos.

São Paulo reúne plenas condições não só para ampliar seu engajamento em um novo ciclo de desenvolvimento com distribuição de renda e justiça social, mas também de liderar a construção da sociedade do conhecimento no Brasil. O desafio é promover um intenso processo de modernização tecnológica e informacional, que envolva, sobretudo, um extenso conjunto de ações nas áreas de educação, inclusão digital e governo eletrônico.

Para liderar a necessária transição do modelo neoliberal, adotado nas últimas décadas no estado de São Paulo, cujo esgotamento se tornou mais do que evidente, o Partido dos Trabalhadores apresenta a candidatura Aloizio Mercadante Governador. Com ela, vamos construir um novo tempo e um novo caminho para São Paulo. Com o Senador Mercadante Governador de São Paulo, o estado entrará em compasso com as grandes transformações em curso no Brasil.

Como afirmamos no início, o nosso programa de governo



será elaborado a partir de ampla consulta a técnicos e especialistas de diversas áreas, servidores públicos, representantes de movimentos sociais e sindicais, e organizações da sociedade civil, com base nas seguintes diretrizes:

1. Desenvolvimento econômico com distribuição de renda e justiça social

- Fortalecer as cadeias produtivas, aumentar a competitividade sistêmica da indústria e fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, principalmente nos setores com alta densidade tecnológica, potencializando as vantagens comparativas da economia paulista que detém a mais importante base industrial do país.

- Impulsionar as atividades do setor de serviços, que já representa mais da metade do PIB estadual, estimulando o desenvolvimento dos segmentos com mais densidade tecnológica, em especial na área de Tecnologia de Comunicação e Informação.

- Estruturar as principais cadeias produtivas do setor agrícola, diversificar a produção, fortalecer a agricultura familiar e fomentar a produção orgânica, compatibilizando o desenvolvimento agrícola com a preservação do meio ambiente.

- Garantir aos pequenos produtores, agricultores familiares e assentados condições para permanecerem no processo produtivo. Implementar políticas que, ao mesmo tempo, regulem os setores agroexportadores na produção e estimulem a incorporação de um padrão tecnológico atualizado, ambientalmente limpo e socialmente adequado.

- Estimular o desenvolvimento regional, por meio da exploração das vocações e potenciais de cada região do estado e da implementação de projetos estruturantes nas regiões menos desenvolvidas com apoio efetivo às cadeias produtivas locais.

- Fomentar os processos de inovação em áreas como telecomunicações, computação, microeletrônica, robótica e biotecnologia, por meio da articulação entre institutos de pesquisa tecnológica, centros universitários e áreas de pesquisa e desenvolvimento de empresas privadas.

- Aprofundar o potencial das universidades públicas estaduais, institutos de pesquisa e empresas de tecnologia de ponta para avançar no processo de inovação, em particular

nos setores produtivos e de serviços com alta densidade tecnológica.

- Impulsionar a cadeia produtiva de petróleo e gás, maximizar as potencialidades abertas pela exploração do pré-sal e exercer papel protagonista no debate sobre a distribuição dos royalties e sua aplicação em educação, ciência, tecnologia, meio ambiente e combate à pobreza.

- Ampliar o investimento e a articulação com o governo federal para a implementação, de modo complementar, de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e às desigualdades sociais e à universalização dos serviços básicos, em particular nas áreas de educação, saúde, habitação, segurança alimentar e geração de emprego e renda.

- Criar o Plano de Ampliação da Infraestrutura Econômica e Social do Estado de São Paulo, com atenção especial para os problemas metropolitanos e das grandes cidades do interior nas áreas de transportes, energia, habitação, comunicações, meio ambiente, saneamento básico e recursos hídricos.

- Fomentar as políticas de geração de emprego e renda, com ênfase nos programas de capacitação profissional de jovens e mulheres, de economia solidária e microcrédito, de estímulo a micro e pequenas empresas e de reinserção ocupacional de trabalhadores desempregados.

- Implementar o Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo, para fortalecer o grande potencial turístico de serviços, negócios, ecológico e de aventura.

- Lançar o Programa São Paulo Digital para, em consonância com o Plano Nacional de Banda Larga, ampliar o acesso à rede de alta velocidade, apoiar o desenvolvimento de projetos de governo eletrônico nos municípios paulistas, e equipar as escolas públicas com novas tecnologias de informação e comunicação.

- Implementar as regiões metropolitanas como instrumentos de descentralização e integração da gestão e do desenvolvimento econômico, envolvendo os prefeitos e fortalecendo as soluções regionalizadas para enfrentar os problemas estruturais nas áreas de mobilidade urbana, trânsito, saneamento, meio ambiente, resíduos sólidos, saúde, enchentes, entre outras.



2. Melhoria da infra-estrutura social e urbana

- Formular uma nova política urbana orientada para reverter o desenvolvimento desordenado das periferias das cidades paulistas e implementar um amplo programa de investimento em infraestrutura, especialmente nas áreas de transporte público e trânsito.

- Impulsionar a política de moradia popular, ampliando as ações de urbanização de favelas, recuperação de cortiços e destinação de imóveis ociosos para fins sociais, e expandindo a construção de habitações pelo programa Minha Casa, Minha Vida, em parceria com o governo federal.

- Investir na prevenção de enchentes, com a coordenação de um conjunto de ações de macro e microdrenagens, dragagens de rios, construção e reparação de galerias pluviais, proteção de encostas e remoção de populações residentes em áreas de risco.

- Investir na melhoria do transporte público e do trânsito, com prioridade para a construção de novas linhas do Metrô, construção do Ferroanel e modernização e ampliação da oferta de trens da CPTM.

- Retomar o investimento na construção de corredores de ônibus nas regiões metropolitanas e promover parceria com o governo federal para a implantação do Trem Bala, que deve ligar as regiões de Campinas, São Paulo e São José dos Campos.

- Fortalecer, com investimentos do estado, o caráter público dos aeroportos estaduais como fator de desenvolvimento socioeconômico das regiões de São Paulo.

3. Política social, inclusão e cidadania

- Reformular, por meio de um processo que envolva a comunidade escolar e a sociedade paulista, a política educacional visando a construção de um projeto pedagógico emancipador, a melhoria da qualidade de ensino, com prioridade para um amplo programa de recuperação salarial e formação de professores, o fortalecimento do ensino profissionalizante, a incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação à atividade escolar e a promoção da inclusão digital nas escolas.

- Cessar o processo de municipalização do ensino fundamental até a implementação do Sistema Único Articulado, fomentando um amplo debate público para acompanhar esse processo.

- Promover, em parceria com o governo federal, a extensão da jornada escolar em toda a rede estadual de ensino, para oferecer a crianças e jovens oportunidades de acesso a atividades complementares na formação escolar, cultura, esportes, lazer, meio ambiente e inclusão digital, entre outras.

- Democratizar o acesso ao ensino superior nas universidades estaduais paulistas, fomentar a pesquisa e a extensão universitária socialmente referenciada.

- Fortalecer o SUS e expandir as parcerias com os municípios do estado de São Paulo, cofinanciando as ações desenvolvidas no âmbito da política nacional de atenção às urgências, como o Samu e as UPAs.

- Fortalecer a política de segurança pública, com investimentos na reorganização das delegacias para um atendimento de mais qualidade, no aprimoramento da inteligência policial e da polícia científica, e na reestruturação do sistema prisional, o que envolve a separação de presos por grau de periculosidade, com a introdução de trabalho e educação nos presídios, o acompanhamento dos egressos, o monitoramento eletrônico de presos e o cumprimento de penas alternativas.

- Aliar aos esforços de prevenção e repressão ao crime o fortalecimento do policiamento ostensivo, associado às ações complementares de natureza social, nas áreas de educação, cultura, esportes e economia solidária, voltadas aos jovens expostos a situações de vulnerabilidade social e à pacificação de áreas com forte incidência do tráfico de drogas e do crime organizado.

- Implementar um amplo programa de apoio aos esportes, que abarque as modalidades de base, explorando seu caráter educacional e recreativo, e o esporte competitivo, priorizando o investimento na formação e preparação de atletas para os Jogos Olímpicos de 2016.

- Fomentar as atividades culturais em suas mais diferentes formas de manifestação, em especial a cultura popular, o resgate das expressões tradicionais, a democratização do acesso à cultura e a produção de bens e serviços que hoje fazem parte da chamada economia da cultura.



- Fortalecer as ações de assistência social desenvolvidas no âmbito estadual de maneira articulada com os programas do governo federal, coibindo a dispersão de recursos e a sobreposição de programas e estimulando a complementaridade das ações sob responsabilidade do estado e da União.

- Instituir o Sistema Estadual da Juventude, financiado de maneira regular e permanente, que articule as ações do governo estadual e municípios e combine o atendimento das demandas emergenciais e específicas às políticas estruturantes e universais, bem como constituir instrumentos de gestão democrática e instância de participação popular adequados à coordenação de uma política que integre as ações e os programas das diferentes áreas de governo.

- Promover ações de cultura, saúde, mobilidade urbana, moda, esporte e lazer de modo integrado e articulado com uma Política Estadual de Juventude, cujo eixo deve ser o jovem e o território, contemplando as juventudes e as diversidades regionais, étnico-raciais, culturais, de gênero e de orientação sexual.

- Implementar políticas afirmativas para a população LGBT, criando o Plano Estadual de Combate à Homofobia, estruturando a coordenação de políticas da diversidade sexual, divulgando e garantindo o cumprimento da lei estadual 10.948, que pune condutas homofóbicas.

- Implantar um amplo programa de acessibilidade e ampliação de direitos para as pessoas com deficiência.

- Desenvolver políticas de proteção ao idoso e espaços de participação, educação, lazer e cultura para a terceira idade.

4. Democracia, transparência e participação social

- Promover a participação popular e a transparência social como base para um novo modelo de gestão pública, com a implementação dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Temáticos e Setoriais, e a criação da Controladoria Geral do Estado e do Portal Transparência SP.

- Fomentar a participação social no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) do estado de São Paulo, bem como a adoção de novos instrumentos de planejamento e gestão pública que considerem a experiência do orçamento participativo, desenvolvida em âmbito municipal.

- Construir novas bases de relacionamento com as bancadas da Assembleia Legislativa e com os prefeitos e prefeitas do estado de São Paulo, bem como com os parlamentares paulistas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

- Democratizar as relações de trabalho e valorizar os servidores públicos por meio do estabelecimento de canais institucionais de diálogo e negociação, como o reconhecimento do Sistema de Negociação Permanente (Sinp). Estruturar as carreiras, a recuperação salarial e o investimento em formação profissional elementos essenciais à melhoria dos serviços prestados à população.

- Ampliar a oferta de informações e serviços à população por meio de soluções de governo Eletrônico, conjugando os esforços de melhoria da gestão pública, relacionamento com usuários, interação com parceiros sociais e fornecedores, transparência e controle social.

- Construir novos instrumentos de governança de políticas regionais, com garantia de instâncias de participação popular que permitam uma efetiva descentralização administrativa e o desenvolvimento das vocações de cada região e impulsionar o desenvolvimento das regiões mais pobres, reduzindo as graves assimetrias regionais no estado.

- Estimular a democracia na comunicação, a liberdade de expressão e o direito à comunicação, apoiando a educação de mídias nas escolas e as resoluções aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação.

5. Preservação ambiental e sustentabilidade

- Implementar medidas efetivas de descarbonização da economia paulista, aliando-as à redução progressiva da emissão de gases de efeito estufa e explorando as possibilidades de investimentos para mudança da matriz energética. Fomentar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração de energia, como a energia solar e a eólica, assim como atividades ecológicas em áreas de preservação.

- Investir em programas de educação ambiental, no controle e fiscalização da poluição das águas, na gestão dos recursos hídricos, na preservação dos lençóis freáticos, nos programas de tratamento de resíduos sólidos e na proteção às matas ciliares, mananciais e áreas de reservas ambientais..

- Liderar o processo de transição para uma “economia verde”, explorando as possibilidades de investimentos abertas para a redução de gases de efeito estufa, a mudança na matriz energética para a ampliação de fontes renováveis de energia, e a exploração de atividades ecológicas em áreas de preservação

- Fortalecer os Comitês de Bacia Hidrográficas, o Consema e o Sisnam, democratizando a gestão ambiental no estado.

6. Igualdade entre mulheres e homens e promoção da igualdade racial

- Implementar políticas de combate às desigualdades entre mulheres e homens, assim como às desigualdades raciais/étnicas, e construir as condições para o enfrentamento de todas as formas de preconceitos e discriminações;

- Atuar de forma sistemática para alterar as bases sociais, econômicas e culturais da desigualdade, incluindo a divisão sexual do trabalho, e construir mecanismos que garantam a perspectiva antipatriarcal, antimachista e antirracistas em todas as políticas, programas e projetos de governo;

- Desenvolver políticas voltadas especificamente para as mulheres e para a população negra, a fim de que incorporem suas especificidades e demandas, nas diferentes fases de suas vidas e que construam as condições para sua autodeterminação e autossustento;

- Implementar as políticas no estado de São Paulo com base no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, construído a partir das Conferências Nacionais e com a participação de mulheres e da população negra em sua diversidade;

- Implementar no governo e nas suas instâncias a política de cotas na perspectiva de gênero, raça e etnia como instrumento de construção da igualdade e da justiça social;

- Propor políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade entre mulheres e homens e de igualdade racial no estado de São Paulo, com especial ênfase na adoção de políticas de cotas;

- Implementar no governo de São Paulo a institucionalidade necessária para a implementação das políticas para as mulheres e para a igualdade de raça/etnia.





Partido dos Trabalhadores